

--- N.º 11/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE ONZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) -----

---**SEGUNDO**- Discussão e votação do pedido de autorização de alienação do capital social por parte do Município da empresa “Águas do Noroeste, S.A, e nos termos e para efeitos previstos nas alíneas b) e k), do nº2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, bem como o nº1 do art.º61.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, conjugada com o Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro, nos termos da proposta. (Grelha D)-----

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adjudicação ao BANCO BPI S. A. de um empréstimo de curto prazo, para vigorar durante o ano de 2016, até ao montante de 1.000.000,00€, na modalidade de conta-corrente, com pagamento de juros mensais e postecipados, e com taxa de juro variável indexada à Euribor a 1 mês (base 360 dias) acrescida de um spread de 0,70 %, nos termos da referida proposta. (Grelha D) -----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA-----

---ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----

---ANTÓNIO JOSÉ VIEIRA AMARAL -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----

---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS-----

---AVELINO FREITAS SILVA-----

---BRUNO SILVA CAMPOS -----
---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
---CÉLIA CRISTINA MAIS MENESES CASTRO -----
---DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
---DOMINGOS SOUSA COSTA---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
---FERNANDO RIBEIRO MONIZ -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
---HILÁRIO MANUEL RIBEIRO PINTO CAMPOS -----
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LURDES OLIVEIRA FERNANDES---**FALTOU** -----
---MANUEL AZEVEDO SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
---MANUEL MARTINS COSTA---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA-----

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
 ---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA-----
 ---MARIA MANUELA COUTO MACHADO-----
 ---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
 ---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
 ---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA-----
 ---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
 ---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
 ---PAULO JORGE LOPES COELHO-----
 ---PAULO MANUEL MARQUES COSTA-----
 ---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----
 ---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ-----
 ---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----
 ---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
 ---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
 ---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
 ---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----
 ---VITOR TORRES PEREIRA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** – Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa cinco documentos compostos por uma proposta de recomendação, um voto de pesar, um voto de louvor e duas propostas. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos.-----

---***Postas à votação as Atas de 25 de setembro de dois mil e quinze e de 9 de outubro de dois mil e quinze, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade.***-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) – Fez a leitura do voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que é do seguinte teor:**-----

---“Nasceu em 21 de junho de 1924, na freguesia de Cruz. Após concluir a licenciatura em Engenharia pela Universidade de Coimbra, tornou-se docente da Escola Comercial e Industrial de Guimarães.-- Em 1958 assumiu as funções de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cargo que exerceu até 1965 e que fica marcado pela inauguração dos atuais Paços do Concelho, em 1961, das instalações da Escola Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão, em 1963, e do Hospital São João de Deus, em 1964, bem como pela criação, em 1962, do Externato Delfim Ferreira, a primeira instituição do concelho com o ensino secundário completo. Falo-vos de uma das

personalidades mais prestigiadas do nosso concelho, o Eng.º José Pinto de Oliveira, que nos deixou no passado dia 28 de outubro.-----

Em sinal de reconhecimento pela memória do Eng.º José Pinto de Oliveira o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar pelo seu falecimento, endereçando à família e amigos a sua tristeza e manifestando-lhes a sua total solidariedade”.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Fez a leitura da proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que é do seguinte teor:-----

---“ A Saúde é um dos pilares mais importantes para a segurança e confiança da sociedade, razão pela qual a existência de um serviço de proximidade nos cuidados de saúde primários se revela fundamental.-----

No concelho de Vila Nova de Famalicão somos confrontados com desequilíbrios ao nível dos cuidados de saúde de proximidade que ditam diferentes condições de vida para os cidadãos num mesmo território, o que deve imperiosamente ser corrigido.-----

Não basta, porém, fazer notar as dificuldades e esperar que as entidades diretamente responsáveis encontrem as soluções.-----

Enquanto sociedade, e felizmente a sociedade civil famalicense é daquelas que se envolve e se empenha na vida da comunidade, temos de dar passos no sentido da melhoria dos cuidados de saúde no nosso concelho. Essa é uma responsabilidade de todos.-----

Em Vila Nova de Famalicão, a Câmara Municipal interiorizou há muito esta obrigação social, manifestando a sua disponibilidade para assumir novas tarefas, novas competências e mais responsabilidades em matéria de cuidados de saúde primários.-----

Ora, considerando que esta disponibilidade se assume como uma proposta concreta para solucionar um problema real,-----

Considerando a recente tomada de posse do XXI Governo Constitucional,-----

Recomenda-se à Câmara Municipal que renove junto da tutela do novo elenco governativo a sua inteira disponibilidade para assumir um papel mais ativo na área da saúde, designadamente suportando encargos com o funcionamento logístico dos serviços, obras e rendas dos edifícios, num contexto em que seja assegurado pela administração central um quadro clínico adequado e ajustado à efetiva melhoria da prestação de cuidados de saúde de proximidade aos famalicenses”.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Fez a leitura do voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, que é do seguinte teor:-----

---“ No dia 5 de Novembro de 2015, o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis atribuiu a Vila Nova de Famalicão o título de Município Amigo das Famílias, o que acontece há três anos consecutivos.-----

A Bandeira com Palma, que simboliza essa distinção, é fruto do trabalho social da Autarquia, das Juntas de Freguesia e das Empresas. Sem esta parceria dificilmente seria conseguida esta distinção tão honrosa para todos os Famalicensenses. -----

A Bandeira com Palma é o mérito das políticas sociais sustentadas, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem canalizado para aqueles que mais precisam da ajuda de todos nós, em nome da coesão social que ambicionamos. -----

A Bandeira com Palma é o reconhecimento que projetos como os manuais escolares gratuitos, as bolsas de estudo, as tarifas sociais, o projeto sénior, o projeto Simba, o terceiro escalão social, o cartão jovem municipal, o IMI familiar, o programa Casa Feliz e muitos outros traduzem práticas municipais de excelência e não figuras decorativas ou palavras de circunstância. -----

A Bandeira com Palma é o reconhecimento de uma verdadeira política de cooperação, de apoio e incentivo na luta contra a carência e a desigualdade. -----

Exmo Senhor Presidente de Câmara, o grupo Parlamentar PSD à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão não podia deixar em claro este distinto e revigorante reconhecimento de uma instituição nacional pelo trabalho social realizado pela Câmara Municipal que superiormente dirige. -----

Com o trabalho realizado desde 2002, renovado pelo voto popular nas eleições autárquicas de 2013, com a eleição do Dr. Paulo Cunha como Presidente da Câmara Municipal, os Famalicensenses sabem que podem contar com a justeza das políticas sociais da coligação PSD/CDS. Por isso, a área social nunca será esquecida e terá sempre, mas sempre, um olhar especial”. -----

---PAULO PINTO (PS) – Fez a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, que é do seguinte teor:-----

---“ O denominado Parque da Devesa, teve na sua génese a cedência de terrenos que permitiram a sua constituição no âmbito atual. -----

---É obrigação de todos os agentes políticos, o desenvolvimento de todas as ações ao seu alcance, de modo a que todos os factos e circunstâncias dos seus atos sejam do pleno conhecimento dos seus eleitores.-----

---Deste modo, e no âmbito dos artigos 26º e 27º do atual regimento desta Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a constituição de uma comissão eventual, para analisar a cedência dos terrenos que vieram a integrar o denominado Parque da Devesa, constituída proporcionalmente por 9 elementos e que deve vigorar por um prazo de 60 dias”.-----

---TAVARES BASTOS (PS) - Fez a leitura da proposta, que é do seguinte teor:-----

---“ 1) Em conformidade com o disposto na alínea d), do artigo 15º do Regimento, solicito a V.Exª a inclusão no período da Ordem do Dia da próxima reunião plenária, da seguinte exposição, proposta ou requerimento (ao critério do entendimento de V.Exª) cujo teor me suscita enorme preocupação na

qualidade de responsável político da autarquia, a fim de ser discutida e votada pelo plenário da Assembleia Municipal. -----

--- 2) De uma forma pacífica, ordeira e civilizada, compareceram na reunião extraordinária da Assembleia Municipal do passado dia 27 de Novembro, mais de uma centena de cidadãos da freguesia de Fradelos, manifestando a sua legítima indignação pela inexistência de qualquer médico na respetiva extensão local de saúde. -----

--- 3) Esta situação arrasta-se desde o mês de Março, altura em que a habitual médica titular lá existente foi transferida para outra unidade de saúde, não se processando a sua substituição como seria normal. O lugar permanece, ainda hoje, deserto, com todas as graves consequências daí decorrentes. -----

--- 4) Competindo a esta Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município e estando em causa a prestação de um serviço fundamental para as populações, neste caso os cuidados de saúde, solicitamos às entidades abaixo indicadas a sua melhor atenção para o assunto, repondo o normal serviço médico no local”.-

Com conhecimento: -----

ACES (Delães, Vila Nova de Famalicão) -----

ARS NORTE (Porto)-----

Ministério da Saúde (Lisboa)-----

Assembleia da República (Grupos Parlamentares) ”-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Gostaria de me pronunciar brevemente sobre as propostas aqui apresentadas, e começaria pela última. Eu penso que, o senhor Deputado apesar de tudo, não concretiza o suficiente em relação àquilo que vem propor, parece-me. Entende que se deve questionar, e que se deve fazer sentir junto destas entidades, esta manifesta carência por parte de uma população. Se é esse o objetivo, não está de todo claro, penso que esta Assembleia Municipal certamente partilha dessa preocupação e certamente o votará favoravelmente. Eu gostaria de deixar de qualquer forma uma indicação, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, já questionou o Governo relativamente a essa questão. Isto é, já houve dois Deputados do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, que endossaram junto do Governo para saber exatamente porque é que esta extensão de saúde não tem pelo menos um médico do quadro que deveria ter.-----

---Relativamente à outra proposta do Partido Socialista, nós votaremos novamente favoravelmente, como já o tínhamos feito da anterior proposta. Porque entendemos que, realmente este é um assunto que convém clarificar, convém escrutinar da forma mais rigorosa possível, mais cuidadosa possível e haverá todo o interesse desta Assembleia Municipal, e de todo o interesse da comunidade em realmente clarificar esta questão. -----

---Em relação aos votos apresentados pelo PSD, o voto de pesar não nos manifesta qualquer consideração obviamente. O voto de louvor, o nosso entendimento de família, provavelmente ultrapassa um pouco o entendimento de família do PSD, mas nada que nos crie qualquer engulho. E relativamente à recomendação, penso que aqui será a questão mais substancial e mais interessante, votaremos favoravelmente, porque acho que realmente até no seguimento da proposta do senhor Deputado, Raúl Tavares, é uma questão que entronca certamente nesta, é uma questão que afeta as populações, e que é um dos pontos onde os poderes políticos poderão fazer alguma coisa que realmente afete o dia-a-dia das populações relativamente à sua saúde. Por isso, não votaremos contra, claro.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Para deixar explicito qual é o sentido de voto do Partido Socialista. Relativamente ao voto de recomendação, iremos votar favoravelmente, porque entendemos que, é um conjunto de intenções e de disponibilidade para resolver problemas prementes no concelho, e não um princípio da municipalização da saúde. -----

---Relativamente ao voto de louvor, iremos abster-nos, porque de certa forma, entendemos exatamente qual é o louvor que querem dar, mas à questão social que é uma preocupação para todos os famalicenses, de certa forma é uma obrigação da Câmara Municipal e obviamente não é necessário estarmos aqui com louvores. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – No seguimento da intervenção do senhor Deputado, Tavares Bastos e considerando, que também fiz parte da Comissão Permanente que analisou a proposta entregue à Mesa pelo senhor Deputado, e embora o assunto já tenha sido explicado, eu entendo, senhor Tavares Bastos, um assunto para ser agendado e para ser discutido nesta Assembleia, tem que trazer matéria para a discussão. O senhor o que trazia na proposta que nos foi lida pela Mesa no dia da Comissão Permanente, era única e simplesmente dar conhecimento às quatro entidades, se a memória não me falha, da nossa não concordância com a situação de Fradelos. Ora, embora nós não concordemos com a situação de Fradelos, consideramos que isso não cabe num período de discussão, nós não íamos ter aqui matéria para discutir, o máximo que poderíamos discutir eram as políticas nacionais de saúde e não propriamente a matéria em si que o senhor estava a pôr em cima da mesa. Por isso e atendendo a que esta reunião era ordinária, foi também nossa opinião de que era aqui o momento, no período de Antes da Ordem do Dia, o senhor apresentar uma proposta conforme apresentou, no sentido de que essas entidades tenham o cuidado no tratamento deste assunto.-----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Eu iria mais longe, a minha proposta era de agendamento automático, nem sequer teria o mais pequeno problema. No Artigo 15º alínea d) do Regimento, está escrito o seguinte e vou citar: - “ é direito individual dos Deputados, propor à Mesa (foi o que eu fiz), por escrito (foi o que eu fiz), assuntos para a inclusão na Ordem do Dia, foi o que eu fiz, ponto final! Queria complementar o seguinte senhor Presidente e tem a ver com isto, há catorze anos que não me

agendam um único pedido de agendamento, já meti uns sete ou oito e o único que conseguiu entrar foi no tempo do Dr. Agostinho Fernandes. Esta é a verdadeira explicação para o não agendamento desta minha proposta. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, só para esclarecimento igualmente, muito embora não tenha participado na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, sou completamente solidário com a decisão. Queria só dizer-lhe que o artigo que refere não estabelece nenhum direito potestativo de nenhum Deputado no sentido do agendamento. Diz que é direito do Deputado, como é normal e é um direito complementar, propor à Mesa por escrito assuntos, e é ainda uma prerrogativa da Mesa decidir quais são incluídos, a não ser aqueles que são obrigatoriamente estabelecidos na Lei e o Regimento não altera a Lei por muito que em algum caso o possam assim pretender. O que a Lei diz expressamente, é que compete à Mesa elaborar a Ordem do Dia das sessões e proceder à sua distribuição, salvo os casos expressamente previstos na mesma Lei. Foi entendido na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, que é um Órgão consultivo da Mesa, que a Mesa como regra segue porque é um Órgão plural. Senhor Deputado, reparará que na apreciação que faz, não se dirigir-se-á à Mesa, dirigir-se-á a todos os Grupos Municipais e ao seu também, porque a comunicação que foi feita, se bem posso ler este ofício numa reunião que não participei, refere que foi opinião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, comunicamos que o assunto foi apresentado na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa. Eu o que sugiro é que o senhor Deputado, da próxima vez que quiser sugerir temas para agendamento se coordene desde logo com a sua bancada, para que a sua bancada defenda essas propostas na Comissão Permanente e porventura convença todos os outros. Agora não ataque a Mesa, não acuse a Mesa de uma prerrogativa a começar, mas de uma responsabilidade que neste caso devo dizer é colegial porque nós seguimos como regra, salvo se houver uma exceção que justificamos, aquela que é a avaliação plural da Comissão Permanente, é só por isso. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, Tavares Bastos, eu respeito a sua opinião obviamente. Tive o cuidado de vir aqui defender a minha e espero que também a respeite. Relativamente à sua falta de agendamento, acho que é melhor começar a pensar quem é que está errado. Porque na realidade, ao fim deste tempo todo o senhor não consegue agendar, alguma coisa está mal, e não será do seu lado também? -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhores Deputados, se quiserem discutir a proposta, discutem a proposta. Se são questões regimentais, discutem questões regimentais, mas não é para efeitos de tempo de intervenção. Portanto, senão estamos aqui num pingue-pongue, mas senhor Deputado, eu dou-lhe a palavra! -----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Ando aqui há quarenta anos, fiz parte da Comissão Permanente durante vinte anos, no tempo do Dr. Agostinho Fernandes, e depois ainda passei um ano no tempo da

atual maioria. Ao fim de um ano fui saneado pela própria maioria. Porque é que eu fui saneado? Porque eu era meio maluco e agendava as propostas da oposição. O Professor António Cândido de Oliveira, mandava muitas propostas da bancada Socialista, propostas com cabeça, tronco e membros, votava tudo contra e eu achava que aquilo cabia aqui, e eu votava a favor, passados dois ou três meses fui saneado. Portanto, meus amigos, histórias da Carochinha e do João Ratão, quem as pode contar aqui sou eu. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas na realidade o senhor Tavares Bastos, veio pôr aqui as coisas num patamar que eu me parece que é perfeitamente desajustado. Nós estamos aqui para discutir assuntos sérios, não é histórias da Carochinha. Se o senhor assim o deseja, fará, mas não com a nossa ajuda como é óbvio. Já lhe explicamos porque é que este assunto, não foi na nossa opinião de agendar isto, de qualquer modo a decisão compete à Mesa. Acho que ficou claro, senhor Deputado Tavares Bastos. O resto, são na realidade histórias da Carochinha. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu não queria alongar-me nesta questão da Carochinha, mas talvez na cabeça, tronco e membros. Eu penso que, o senhor Deputado, ou encontra matéria de discussão para propor uma matéria de agendamento, ou seria suficiente como penso que será suficiente, se é questionar estas quatro entidades, saber o que poderá acontecer à extensão de saúde de Fradelos e o mais rápido possível, no sentido de a população conseguir ter o médico, pelo menos o médico que lhes está atribuído, convenhamos que, como ponto Antes da Ordem do Dia seria suficiente. Eu penso que, isto foi mais ou menos consensualizado e aí falo já em nome da Comissão Permanente porque eu também lá estava, e porque não nos pareceu que houvesse matéria substancial que permitisse o agendamento de um ponto, achamos que haveria todo o interesse em discutir esta questão um ponto Antes da Ordem do Dia e não necessariamente agendá-lo. Portanto, eu penso que nem sequer houve qualquer intenção persecutória relativamente às suas propostas, se bem que esta é a segunda que eu conheço, mas eu também não ando aqui há quarenta anos, confesso. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Dicionário da Língua Portuguesa Online, negociata, substantivo feminino, negócio em que há trapaça, negócio desonesto. Negociata é sinónimo de desfalque, desvio, falcaturia, traficância e velhacaria. Foi exatamente esta expressão “negociata”, expressão que o Partido Socialista tem vindo a usar e abusar quando quer classificar os “negócios-acordos judiciais” feitos em torno do Parque da Devesa e da Urbanização de Talvai. Expressões usadas como esta, exigiriam da parte dos seus autores uma consequência natural, que é fazer uma denúncia devida junto do Procurador da República, junto à Instância de Vila Nova de Famalicão. O Partido Socialista não o faz. Não o faz porque tem medo de o fazer. O Partido Socialista não quer ser consequente com as afirmações que produz. E por isso, procura através de uma comissão eventual, que mais não é do que uma comissão de inquérito que não tem cabimento regimental, procurar protelar e salvar a face de

uma acusação que não é capaz de provar. Mas pior do que isso, não tem sequer coragem de a endereçar às entidades competentes. Por isso, nós iremos chumbar naturalmente esta proposta, porque de facto, quem não deve não teme, era bom que o Partido Socialista fosse consequente demonstrando que não deve e que também não temia. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, realmente hoje teve uma intervenção sem aquele folclore da última vez, que só faltou realmente dar uma cambalhota e tirar aquele passe de mágica, se calhar a plateia é diferente! Senhor Deputado, isto não é uma questão jurídica todos estamos de acordo, nem nada move contra o senhor Presidente da Câmara, isto é uma questão política, é uma decisão política que leva à indignação de todos os famalicenses, cada famalicense vai pagar cerca de 50€. Portanto, o que nós queremos é que fique tudo esclarecido e Vossas Excelências vêm para aqui falar e porque é que não deixam que a comissão, não é uma comissão de inquérito, é para análise dos terrenos, falam mas depois não nos deixam analisar, não nos deixam ter conhecimentos profundos. Isso é a consequência e a lógica das suas palavras. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito Brevemente para encerrar esta questão. De facto, o Deputado que me antecedeu, disse e citou esta questão nos termos corretos, esta é uma decisão política. E sobre esta questão em particular, esta Assembleia já se pronunciou e já deliberou maioritariamente aquilo que tinha de deliberar. O que o PS pretende, é de facto, tentar ganhar aquilo que não consegue com uma maioria legitimamente eleita e ganhar com jogos políticos e acusações, ou falsas acusações, que não tem a coragem de depois levar para a frente. Portanto, por isso mesmo, porque as deliberações foram tomadas por esta Assembleia, porque nós acreditamos na legitimidade desta Assembleia, é que obviamente, teremos que reprovar este tipo de criação de comissão. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA RELATIVAMENTE AO SERVIÇO DE PROXIMIDADE NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E AO QUAL SE ASSOCIOU PESSOALMENTE O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR ENGENHEIRO JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.**-----

---**POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA RELATIVAMENTE AO ABSERVATÓRIO DAS AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS E AO PRÉMIO QUE FOI ATRIBUÍDO**

A VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE Á CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O PARQUE DA DEVESA, FOI A MESMA REJEITADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CATORZE VOTOS A FAVOR.-----

---A pedido dos Grupos Municipais para esclarecimento da proposta do senhor Deputado, Raúl Tavares Bastos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por três minutos. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Deu reinício aos trabalhos dando a palavra ao senhor Deputado, Jorge Oliveira, para apresentar uma proposta de alteração à inicial apresentada pelo senhor Deputado, Raúl Tavares Bastos, com a qual este concordou e aceitou as respetivas alterações.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Se me permitirem expor muito rapidamente. O que se pretende aqui é apresentar um texto de substituição, a proposta continua a ter como autor o senhor Deputado, Raúl Tavares Bastos, e é substituir este texto por um texto mais conforme com uma proposta que possa chegar às entidades que aqui são sugeridas. Sendo assim, passo a citar o texto na integra: -----

---“ Considerando que uma forma pacífica, ordeira e civilizada, compareceram na reunião extraordinária da Assembleia Municipal do passado dia 27 de Novembro, mais de uma centena de cidadãos da freguesia de Fradelos, manifestando a sua legítima indignação pela inexistência de qualquer médico na respetiva extensão local de saúde. -----

--- Considerando que esta situação arrasta-se desde o mês de Março, altura em que a habitual médica titular lá existente foi transferida para outra unidade de saúde, não se processando a sua substituição como seria normal. O lugar permanece, ainda hoje, deserto, com todas as graves consequências daí decorrentes. -----

A Assembleia Municipal solicita às entidades abaixo indicadas a sua melhor atenção para o assunto, repondo o normal serviço médico no local. -----

Com conhecimento: -----

ACES (Delães, Vila Nova de Famalicão) -----

ARS NORTE (Porto)-----

Ministério da Saúde (Lisboa)-----

Assembleia da República (Grupos Parlamentares)-----

Vila Nova de Famalicão, 11 de dezembro de 2015 -----

Raúl Tavares Bastos, Deputado Municipal”.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Questiona o Deputado, Raúl Tavares Bastos, se é da sua concordância esta alteração à proposta inicial e dando-lhe a palavra para se pronunciar.-----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Naturalmente que dou concordância, a minha ideia é só uma, é dar um contributo por modesto que seja, para tentar dar um primeiro passo, porque eu sei que isto não resolver já o problema, mas será um primeiro passo no sentido de mostrar a essas entidades, quatro entidades que têm relevância na matéria e qualquer uma delas pode intervir neste assunto, no sentido de repor a normalidade em Fradelos. É essa a minha intenção, mais vírgula, menos vírgula, não tem importância. Dou a minha concordância à nova redação, que ao fim ao cabo é uma questão de redação.

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DO SENHOR DEPUTADO RAÚL TAVARES BASTOS COM AS ALTERAÇÕES REFERIDAS RELATIVAMENTE À INEXISTÊNCIA DE MÉDICO DE FAMÍLIA NA FREGUESIA DE FRADELOS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Fez uma declaração de voto, que é do seguinte teor: -----

---Eu gostaria de dizer que o PSD votou a favor desta proposta, porque tal como os restantes Grupos Municipais, porque estamos preocupados e queremos ver resolvido este assunto. Assim como, já o fez a Câmara Municipal e já deu o primeiro, o segundo, terceiro e o quarto passo, e este será mais um passo no sentido da resolução do problema. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu início à ordem de trabalhos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRIMEIRO PONTO** – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**PAULA DOURADO (PSD)** – O Concelho de Vila Nova de Famalicão regista, hoje, uma taxa de desemprego inferior à média nacional. É de salientar que, em ano e meio, o número de desempregados em Vila Nova de Famalicão desceu de cerca de 11.000 para cerca de 6.700 (dados outubro de 2015). É um número que nos permite dizer que estamos abaixo da média da região Norte (13,6%, INE – 3º trimestre 2015) e abaixo da média nacional (11,8%, INE – 3º trimestre 2015).-----

São, contudo, ainda, 6.700 desempregados que nos devem preocupar e devem merecer a nossa atenção. Todos sabemos que quem cria emprego são as empresas, mas sabemos também que o ambiente local favorável ao investimento e a preocupação demonstrada pelo Executivo municipal, objetivada em medidas de política, também ajuda, e muito. -----

Neste domínio da promoção da empregabilidade, senhor Presidente, realçamos com bastante agrado

três iniciativas da autarquia (poderíamos aqui elencar mais; enfim, mas vamos deter-nos nestas três), medidas essas que contribuem, a nosso ver, para aumentar os índices de empregabilidade do concelho e ao mesmo tempo para dar resposta às necessidades das empresas, mostrando assim que esta temática continua a ser uma das prioridades do Município: -----

---Em primeiro lugar: No domínio da Educação e Formação de Adultos, registamos a certificação de 34 adultos, através do CQEP – Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional que, através do desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, concluíram o ensino básico (9º ano) e o ensino secundário (12º ano), estando agora mais valorizados do ponto de vista do conhecimento que possuem e com níveis mais elevados de autoconfiança e autoestima, que obviamente, os preparam melhor para agarrar as oportunidades que existem no mercado de trabalho. -----

A este propósito, realçamos as palavras de Gonçalo Xufre, Presidente da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, que na cerimónia de entrega de certificados, decorrida no passado dia 3 de novembro, enalteceu uma vez mais o facto do CQEP de Famalicão envolver todas as entidades da Rede Local de Educação e Formação e estar a ser coordenado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, considerando e passo a citar: -----

---“*Famalicão está a desenvolver um trabalho de excelência como resposta ao enorme desafio que é a formação de adultos e a aprendizagem ao longo da vida*”.-----

---Em segundo lugar: No domínio da integração de jovens nas empresas, destacamos a assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e a Universidade do Porto, uma vez que através dele vai promover a integração de jovens qualificados no mercado de trabalho, articulando com as empresas do concelho a realização de estágios profissionais, assumindo-se assim a câmara Municipal como um importante parceiro desta prestigiada instituição de ensino na promoção da empregabilidade.-----

Desta forma, para além de preparar e apoiar a transição dos alunos para o mercado de trabalho, a autarquia famalicense procura também satisfazer as necessidades das empresas que procuram as competências de jovens com formação superior.-----

Também na promoção de uma oferta de Ensino Profissional adequado às necessidades das empresas do território, a Câmara Municipal tem desempenhado um papel ativo que toda a comunidade educativa e o tecido empresarial hoje reconhece (coordenação do Diagnóstico concelhio de necessidades de formação, trabalho com as Escolas na articulação da oferta formativa). Mais de 50% dos jovens do ensino secundário estão no ensino profissional, o que constitui uma mais-valia para a integração profissional dos jovens e para o recrutamento de mão-de-obra qualificada por parte das empresas.-----

---Em terceiro lugar: No domínio da integração de quadros altamente qualificados nas empresas, aplaudimos o Projeto Piloto de Apoio à Inserção de Doutorados em empresas de Vila Nova de

Famalicão, que a Câmara Municipal e o CITEVE apresentaram no passado dia 2 de novembro. As duas instituições protocolaram para ajudar os empresários a beneficiar da dotação de 20 milhões de euros que o Norte 2020 tem disponível para apoiar a contratação de recursos humanos altamente qualificados, e aumentar, por essa via, a competitividade e a inovação nas empresas do território. É sem dúvida, uma medida que visa contribuir para a ligação entre o tecido empresarial e as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, fomentando a inovação nas empresas, o aumento de recursos humanos altamente qualificados ao serviço, e a competitividade, pelo que, mais uma vez, nos devemos congratular pelo papel ativo e pela visão que o Município demonstrou.-----

Senhores Deputados, não tenhamos dúvidas de que estes são três excelentes exemplos de uma atitude de pro atividade da Câmara Municipal relativamente à empregabilidade e à competitividade das empresas, pois para além de fomentarem o emprego e a empregabilidade, contribuem também para aumentar a capacitação do tecido empresarial no nosso território. Senhor Presidente, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem sido um verdadeiro exemplo no país, aliás bastante referenciado e já seguido por vários outros municípios. Gostaríamos, assim, de saber, neste caso em concreto, senhor Presidente, qual é que tem sido a sua motivação e o que é que nós podemos esperar num futuro próximo, neste domínio?-----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Estou convicto que a Assembleia aprovou, sob proposta da Câmara, a nomeação de um seu representante numa comissão multipartida, que dava corpo a um protocolo entre a Câmara e ARS, cujos objetivos, para além da cooperação institucional, eram a definição de todos os parâmetros na área da saúde em Famalicão, excluindo a contratação do pessoal médico. Mais coisa menos coisa. Parece que houve problemas quanto à nomeação do diretor do ACES. Sabemos, por causa própria e alheia, que encerraram duas extensões de saúde e, em prémio político, foi criada uma unidade local. Sabemos, de acordo com as notícias e com uma manifestação de utentes nestas instalações e perante os Órgãos aqui presentes, que tem havido várias dificuldades na colocação de clínicos nas unidades de saúde do Concelho. -----

Senhor Presidente, Vem dizer-nos o senhor Presidente da Câmara que o Órgão que dirige promove um estreito relacionamento institucional com o Governo, com vista à concretização de políticas estruturantes para o desenvolvimento sustentado e coeso do território. E que merecem realce as suas reuniões: -----

- Em 2 de Setembro, com o Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiães Maduro, sobre o Centro de Competências das Carnes; -----
- Em 25 de Setembro, com o Ministro da Saúde, Dr. Paulo Macedo, sobre o Centro Hospitalar do Médio Ave. -----

Uma das suas políticas é a definição de que a saúde desempenha um papel relevante na qualidade de vida das pessoas. Sendo que o Município tem tido um papel interveniente no fomento e no reforço da

articulação entre as diversas entidades que atuam na área da saúde a nível local. -----

A outro nível, foi dado grande realce ao objetivo da criação de um Centro de Competências do Agroalimentar. -----

Por isso lhe pergunto, Senhor Presidente da Câmara:-----

- O Centro de Competências é só das Carnes ou do Agroalimentar? -----

- Já tem alguns resultados palpáveis, quer quanto à inovação, ao emprego e às exportações? -----

- Qual o ponto da situação quanto ao Hospital, quanto às extensões de saúde, quanto às Unidades de Saúde Familiar e quanto à colocação de médicos e pessoal de enfermagem? -----

Muito obrigado, aos senhores Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – A TIAC, transparência e integridade, uma associação cívica, uma organização não-governamental que representa em Portugal a rede global anticorrupção transparência internacional, publicou recentemente o seu ranking anual de transparência municipal. Trata-se enfim, de um índice de transparência que agrega dezenas de indicadores agrupados em sete dimensões, das mais variadas enfim, posso mencionar aqui a contratação pública, a transparência económico-financeira, a transparência na área do urbanismo entre outras. De acordo com esse ranking, Famalicão estava em 17º lugar do ranking em 2014, passou este ano para 50º lugar entre todos os municípios portugueses, portanto, aqui uma queda brutal. A minha pergunta, senhor Presidente, é o que o senhor tem a dizer sobre isto? E se pensa tomar medidas que garantam a transparência e um maior escrutínio da sua atividade, já que pelos vistos a maioria que o sustenta aqui na Assembleia impede qualquer iniciativa que vá nesse sentido. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a questão que a senhora Deputada, Paula Dourado, colocou, deixar-lhe uma nota de que as políticas que temos apresentado no sentido da melhoria da empregabilidade no Concelho de Famalicão são para ser prosseguidas. Portanto, o que temos vindo a fazer no contexto do Projeto Famalicão Made In, que tem como área de ação a empresa e não o empresário, serve obviamente para que a Câmara possa dar através de sinais mas também de atos concretos, uma clareza do ponto de vista daquilo que é o nosso objetivo quanto à capacidade do Concelho para crescer. E isso traduz-se em números felizmente, os números que citou aqui do desemprego são ainda preocupantes, é bom notar que em Famalicão temos mais de seis mil desempregados, é um problema, é óbvio que há três anos tínhamos onze mil, o problema era maior. É evidente que há uma descida, uma descida significativa, mas ainda assim achámos que é possível ir mais longe e por isso, temos esta postura estreita de laços com o universo empresarial e com uma forte vocação empreendedora para que nomeadamente, aquelas pessoas que não conseguem inserçar no mercado do trabalho, possam disponibilizar-se para num contexto de algo estruturado, de aprendizagem em partilha de experiências, possam criar condições para também serem criativas, imaginativas e através dessa atitude ultrapassarem a dificuldade de criação do seu próprio emprego

ou de inserção no mercado de trabalho. Obviamente que isso é o resultado de muitas políticas, nós só somos responsáveis pelas políticas municipais, no que respeita ao Município vamos continuar intransigentes na defesa dessas políticas, porque entendemos que são as melhores para que Famalicão seja um Concelho atrativo para o investimento seja externo, seja interno. Uma preocupação com a melhoria das condições das empresas que já existem no Concelho para que possam produzir mais, exportar mais e empregar mais, mais em quantidade e mais em qualidade. É bom também centrarmos a preocupação na qualidade do emprego e por isso fazemos esta articulação entre o setor universitário, os centros de investigação, escolas de formação profissional e as empresas, há aqui uma rede no contexto da rede “Famalicão Empreende” que queremos que do ponto de vista da educação e da formação, com a referência que fez ao ensino profissional e que tem uma marca muito forte em Famalicão e não é obra do acaso, é obra de uma grande sinergia, de uma grande convergência que ao longo dos anos se foi cimentando entre as instituições onde a Câmara Municipal é pivô, é dinamizador, mas é um agente somado a muitos outros, nomeadamente, as escolas, centros de formação e o nosso universo empresarial. E por isso, dá-lhe um sinal de que essas políticas de empregabilidade no que diz respeito ao Município vão continuar.-----

---Senhor Deputado, Domingos Peixoto, fez referência a algumas reuniões, penso eu que era isso que estava a citar. Em duas áreas, a área da saúde e a área do centro de competências no setor agroalimentar para as carnes. Sobre a área da saúde, dizer-lhe que, desde o princípio de outubro que o processo não teve desenvolvimentos, por razões que penso que não preciso de explicar acho que compreende. A Câmara Municipal mantém intactas as suas expectativas, nós não mudamos de opinião em relação ao setor da saúde, continuamos a achar que temos condições para assumir mais responsabilidades, haja coragem para nos transmitirem essas responsabilidades. E o que dissemos há dois anos, dizemos hoje, não mudamos de opinião sobre isto. O que nós dizemos sobre a saúde, no que diz respeito aos cuidados de saúde primários, é exatamente a mesma coisa, estamos num contexto de proximidade. Temos dado bons exemplos no que fizemos ou que estamos a fazer em educação, temos granjeado respeitabilidade, confiabilidade dos agentes. Estamos em condições para assumir mais responsabilidades, não é para exigir mais, é para darmos mais de nós para o processo. E achámos que, havendo a coragem em transferir competências para o Município, o Município tem melhores condições, aproveitando o contexto de proximidade, para prestar ou ajudar a prestar um melhor serviço às populações, com menos custo para o erário público, é bom notar, com menos custo para o erário público. As propostas que eu sempre fiz e que agora reitero, não é de aumentar o envelope financeiro do processo, não é que um orçamento, seja ele do Estado ou Municipal, tenha encargos maiores para prestar melhores cuidados de saúde, não é isso. É melhorar os cuidados de saúde com menos encargos financeiros no global. E portanto, a perspetiva da diminuição dos encargos financeiros está assegurada com o aumento da qualidade do serviço, é isso que propomos. -----

---Sobre o Centro de Competências, a questão do Agroalimentar é uma questão para identificação da área, a fileira é das carnes. Nós não podemos pensar que vamos ter em Famalicão, em minha opinião, um Centro de Competências tão genérico como se fosse um Centro de Competências para todo o setor do Agroalimentar. Os Centros de Competências têm uma ótica de especialização, a filosofia da União Europeia da chamada especialização inteligente aponta exatamente nesse sentido. É bom perceber que o enquadramento do Portugal 2020, no que diz respeito ao apoio ao tecido empresarial, está muito focado na valorização dos produtos ou características endógenas, ou seja, aquilo que caracteriza uma comunidade, uma população e portanto, nós não temos a pretensão de a partir daquilo que nós somos hoje no setor das carnes desenvolver para outras áreas. Não, nós queremos aprofundar aquilo onde já somos fortes hoje, e entendemos que o setor das carnes, essencialmente no setor das carnes verdes temos uma grande participação no processo nacional, somos hoje uma referência incontornável no processo de produção, essencialmente ao nível do abate e da transformação de carnes verdes. Queremos aproveitar essas sinergias para que possamos ir mais longe. Não temos grandes desenvolvimentos, é um processo que não está dependente de qualquer tipo de decisão a nível nacional, mas está dependente de enquadramentos comunitários. É conhecido o atual estado do Quadro Portugal 2020 e estamos nesse contexto também a aguardar desenvolvimentos.-----

---Senhor Deputado, Vitor Pereira, duas notas só. Primeiro para lhe dizer que o ranking, não é um ranking de transparência do Município, é um ranking de transparência de um website, é bom sermos rigorosos nisto, se for ver, o que está a ser objeto de análise da instituição que fez referência não é a transparência Municipal, é a transparência do website, ou seja, aquilo que resulta pela consulta do website do Município, é só isso. Ponto dois, o senhor disse que no contexto global são 308 Municípios em Portugal, Famalicão passou de 17º para 50º, é verdade senhor Deputado, mas também é verdade que subimos de 55 pontos para 61 pontos, a nossa transparência melhorou senhor Deputado. Ao contrário do que o senhor disse, a transparência do website melhorou, o que pode ter piorado é a relação paritária na comparação com outros Municípios. O senhor Deputado não foi isso que disse, é bom que diga a verdade, nós subimos de 55 pontos para 61 pontos no índice que conhece, pelo menos citou e imagino que conheça. Famalicão melhorou, o website do Município melhorou do ponto de vista do ranking que analisa o índice de transparência. O que pode não ter melhorado é a posição comparativa, relativa portanto em relação a outros Municípios. Se o senhor me disser, que há outros Municípios que melhoraram mais do que Famalicão eu até aceito, entende, agora não diga que Famalicão piorou porque não é verdade. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Muito rapidamente, duas notas. Naturalmente que estamos a falar de uma associação cívica que recorre aos meios normais para aceder à informação da atividade do Município. É suposto que esses meios normais para aceder à atividade do Município, garanta a quem os consulta transparência na sua ação, de modo a poder fazer um juízo de valor fundamentado sobre

o mesmo. Ora, se o website não tem essa informação, devia tê-la, porque não basta ser sério, é preciso obviamente mostrá-lo de forma evidente e óbvia para todos. -----

---Em relação ao ranking, o ranking por natureza é uma comparação relativa entre entidades que são objeto de um estudo, e são classificadas em função da sua posição relativa. De pouco nos vale ter uma melhoria absoluta em termos comparativos connosco próprios do ano passado para este ano, melhoramos que bom, em termos relativos passamos do 17º para o 50º, ora isso é que é de relevar, isso é que é de sublinhar, essa é que é a questão. Não é dizer que estamos melhor. Estamos muito pior do que aquilo que estávamos por comparação com os outros, pois estamos a falar dum ranking. -----

---**FERNANDO MONIZ (PS)** – Eu peço desculpa, porque eventualmente vou colocar uma questão, que por ventura não tenha razão de ser e se deva a distração da minha parte. Mas e referindo as palavras do senhor Presidente da Câmara, a decisão acerca do centro tecnológico das carnes não terá sido ainda tomada pelas entidades responsáveis. Tal não corresponde à realidade, essa decisão já foi tomada há vários meses e é lamentável que o senhor Presidente da Câmara não tenha disso conhecimento. O facto de Famalicão ser, como bem disse, o maior centro de transformação de carnes e o que é facto, é que o centro tecnológico que tinha todas as condições para ficar em Famalicão, vai ficar algures lá para o Alentejo. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para procurar contribuir para o esclarecimento daquilo que é a informação que eu tenho. O senhor Deputado, Dr. Fernando Moniz, trouxe aqui um facto que não é do meu conhecimento. O que é do meu conhecimento é uma proposta senhor Deputado, é uma proposta, não é uma decisão. O senhor terá as suas fontes de informação e com certeza dar-lhe-á a credibilidade que achar que deve dar. Mas deixe-me dizer-lhe outra coisa senhor Deputado, estes centros de competências não se criam por decreto e vou dizer-lhe uma coisa que imagino que o senhor Deputado saiba, estas matérias não são matérias que estejam na competência de nenhum governo. Por isso, é que eu há pouco, quando o senhor Deputado, Domingos Peixoto, me falou sobre essas questões da saúde e da área do centro de competências, eu digo que são matérias diferentes da relação com políticas nacionais. Enquanto o dossiê da saúde está dependente da tutela a nível nacional. O dossiê do centro de competências não está dependente da tutela, sabe senhor deputado, está dependente do Quadro Comunitário. E está dependente do Quadro Comunitário ao nível daquilo que é a gestão da NUTE II NORTE – CCDRN. Eu o que sei, é de uma proposta e o senhor Deputado sabe qual é essa proposta, de um Município situado a Sul que será analisado no contexto da sua respetiva região, nada tem a ver com a nossa proposta. E também lhe devo dizer, que a proposta que é apresentada a Sul, em nada é incompatível com aquilo que é a ambição a Norte. Como o senhor Deputado sabe, a Sul o que caracteriza esta fileira das carnes, especialmente a carne de porco, é a fileira da produção de carne, não é a fileira nem do abate, nem da transformação. E portanto, o que caracteriza e fortalece Famalicão, tal como o senhor Deputado disse, é a fileira do

abate e da transformação que não é incompatível com o que acontece a Sul. Mas senhor Deputado, que eu saiba, não há nenhum centro de competências criado neste setor, há uma proposta.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – É uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, eu posso ceder do meu tempo para eventualmente me poder responder. Tem a ver com a questão dos incentivos fiscais e com este imbróglcio que a administração fiscal pelos vistos está a criar junto de alguns Municípios. Reportando de práticas ilegais relativamente aos incentivos que alguns Municípios e nomeadamente, o de Famalicão e que embandeira. Embandeira, porque o faz e se o faz, está agora perante uma eminência de práticas que não terão continuação porque assentam numa ilegalidade. Eu gostaria de obter esclarecimentos atuais relativamente a esta situação, senhor Presidente de Câmara.-----

---Se o Município já foi notificado pela administração tributária.-----

---Se há diligências no sentido, portanto, junto da administração central, como junto dos empresários, das empresas, de suspender, acautelar de alguma forma toda esta situação criada. Portanto, eram estes esclarecimentos que gostaria de suscitar. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, o que lhe sugiro, é que o faça por escrito porque o senhor Presidente da Câmara não tem tempo, e não dispondo de tempo não poderá responder. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Antes da minha intervenção, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e dar-lhe os parabéns pela sua eleição como Presidente do PSD de Famalicão. E permita-me já agora, imbuído do espírito natalício, em tom de brincadeira, que podemos dizer que de certa forma o Presidente do PSD de Famalicão passou de um Diretor Municipal para um Presidente da Câmara. Agora então, falando mais sério, entendemos e pessoalmente entendo, que realmente ao contrário do que já foi dito por um Vereador desta maioria, que não era possível compatibilizar as funções, entendemos que é possível ser exercido por Vossa Excelência e de todo o direito. Mas também sabemos e estou certo disso, que saberá diferenciar as duas coisas, enquanto Presidente da Câmara, enquanto Presidente do PSD, sei perfeitamente isso mas também fica bem registar a situação. Senhor Presidente, o que me trás aqui além de o felicitar pela sua eleição, é referir-lhe que já por duas vezes inquiri Vossa Excelência acerca dos custos do pessoal, relativamente ao contrato da educação. Sei que não pode responder, mas como da outra vez e já vamos para 2016, o aumento do custo do pessoal representa 27% e nós não sabemos qual é a fasquia que representa essa parte, vou entregar um documento escrito à Mesa da Assembleia, pelo que Vossa Excelência seja o mais célere possível na sua resposta. -----

---**SEGUNDO PONTO** - Discussão e votação do pedido de autorização de alienação do capital social por parte do Município da empresa “Águas do Noroeste, S.A, e nos termos e para efeitos previstos nas alíneas b) e k), do nº2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, bem como o nº1 do art.º61.º

da Lei 50/2012, de 31 de agosto, conjugada com o Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro, nos termos da proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Só para deixar uma questão. Pelos vistos já é público, já o foi manifestado pelo Ministro da pasta. Vai ser revista toda a situação da água, ele manifestou essa intenção, agora até que ponto! A minha questão vai nesse sentido, não haveria interesse no Município em adiar esta alienação, em suspender este processo e ver qual é a intenção do executivo nacional em relação às águas. Eu sei que há um quadro legal que está explanado, mas como nós bem sabemos a todo o tempo poderá ser alterado e daí, haver todo o interesse neste caso, este Município, aguardar e saber se realmente será de boa prática alienar estas ações. -----

---**VITOR PEREIRA (PS)** - O que espanta nesta proposta de alienação da participação social do nosso município na “Águas do Norte” é o seu carácter absolutamente casuístico e destituído de sentido estratégico. -----

---Reflete um alheamento das grandes questões do nosso tempo.-----

---Traduz uma reviravolta que quebra um consenso alargado de mais de vinte anos.-----

---E colide até com o que tem sido reivindicado pelo nosso município noutros domínios da gestão da pública.-----

---Os Municípios portugueses têm reclamado insistentemente maiores competências. Haverá poucas coisas que interessem mais a um Famalicense do que o abastecimento regular de água própria para consumo. A “Águas do Norte” é concessionária, em exclusivo, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal, e portanto, define e definirá a evolução futura do Sistema (com tudo o que isso implica, desde a definição de tarifas até às obras de expansão das redes). Ora, a Coligação reclama mais poder de intervenção na gestão do sistema público de ensino, da saúde, das acessibilidades e dispensa o seu poder de intervenção no sistema público de abastecimento de água?! Mas porquê?-----

---Há vinte anos estávamos confrontados com um grave problema: não podíamos, com meios próprios, assegurar o abastecimento regular de água para consumo dos nossos munícipes. Só a criação de um Sistema Multimunicipal para proporcionar o abastecimento “em alta”, veio proporcionar a solução definitiva para esse problema. A sociedade a quem foi atribuída a concessão tinha e tem uma composição acionista que alia a empresa pública “Águas de Portugal” aos municípios aderentes, nos quais se inclui, com entusiasmo, desde a primeira hora, o Município de Vila Nova de Famalicão. Ao longo dos anos fomos reforçando o nosso peso institucional, a nossa “voz”. Somos hoje o terceiro maior acionista desta sociedade. A Câmara propõe-nos agora abrir mão dessa posição de influência, mas com que fundamento? À luz de que estratégia para o sector? Não sabemos, ninguém sabe. -----

---E não deixa de ser curioso estarmos a discutir este abandono na gestão da água numa altura em que

se discute, na Conferência das Nações Unidas em Paris, as alterações climáticas. É do conhecimento de todos que as alterações climáticas terão um impacto profundo em Portugal. Alterações climáticas com repercussões muito sérias no domínio da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos. Ver o nosso município, neste momento histórico, em que se pede visão e liderança, abrir mão de grande parte da sua capacidade de intervenção é bem demonstrativo da fragilidade e da miopia desta Câmara.

---O que pode justificar isto?-----

---A proposta apresentada a esta Assembleia é vazia de justificações para uma decisão muito concreta: - vender as cerca de 3.900.000 ações (3.879.900) que o Município detém atualmente, a troco de cerca de 7.500.000 de euros (7.487.249,99 euros).-----

Vamos assim abandonar a sociedade que detém, em exclusivo, a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte. A troco de uma visão pequenina, cega para a importância estratégica do setor. E nem os considerandos financeiros traduzem uma verdadeira justificação, pois, com uma remuneração acionista garantida, o município até vê a sua situação financeira reforçada com o decorrer do tempo. A coligação procura, isso sim, realizar dinheiro vendendo o que é do maior interesse público para tentar camuflar a sua incompetência. Vende para poder pagar as indemnizações milionárias que a sua gestão ruínosa criou. Para acautelar os interesses dos Famalicenses numa matéria tão sensível, a Câmara não pode demitir-se das suas responsabilidades e das suas obrigações. Sendo aprovada a presente proposta, o Município de Vila Nova de Famalicão decide, voluntariamente, passar de acionista de referência a mero cliente do Sistema. Naturalmente, votaremos veementemente contra.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a questão colocada pelo senhor Deputado, Paulo Costa, nós estamos a cumprir uma Lei senhor Deputado. Uma Lei que o senhor conhece, o Decreto-lei 93/2015, tem um *timing*, é um processo que está em curso, nós temos que respeitar esse processo e nós não podemos suspender o processo sob pena de haver uma quebra na sua continuidade. E portanto, não existem condições para que o processo seja suspenso. Eu conheço as declarações que o senhor Deputado citou, é um Decreto-lei, portanto é uma matéria que está na competência do Governo, o Governo entenderá por bem se quiser suspender ou revogar essa matéria. Portanto, é uma pergunta que deve fazer ao Governo e não ao Presidente de Câmara, porque quem tem a competência para suspender o processo não é a Câmara Municipal, é o Governo. Não sei o que o Governo há-de fazer, mas é uma competência da tutela nacional, está exclusivamente na dependência do Governo a decisão acerca dessa matéria. -----

---Senhor Deputado, Vitor Pereira, pensámos de forma diferente, isto não me surpreende. O senhor Deputado diz que nós somos o terceiro, mas sabe, a participação de Famalicão é de 2.55% no capital. O senhor Deputado sabe o que significa 2.55%? Senhor Deputado, é uma posição cuja posição que nos dá neste processo não tem nada a ver com a posição que tínhamos no início do processo. Tudo

tem uma história e este processo também tem uma história senhor Deputado. Nós começamos num contexto do Ave AVE-CÁVADO e evoluímos para um contexto do MINHO, agora estamos num contexto da NUTE II NORTE, o contexto é completamente diferente senhor Deputado. Nós partimos de uma posição que nos dava algum relevo, devo dizer-lhe que até há bem pouco tempo, o Município tinha assento no Órgão de Direção do Conselho de Administração da empresa e neste momento obviamente não tem, porque o enquadramento da atual situação é completamente diferente daquilo que existia no passado. E portanto, é bom termos esta noção do envolvimento histórico do processo para podermos perceber a evolução da posição da Câmara Municipal. A Câmara Municipal evoluiu neste processo porque o processo também evoluiu, porque se o processo se mantivesse, a Câmara Municipal não estaria a trazer essa proposta que aqui trás hoje. Por outro lado, deixe-me dizer-lhe, que o senhor fala de dividendos, mas a Câmara não tem recebido dividendos, sabe porquê senhor Deputado? Sabe quem é que decide distribuir dividendos? É a maioria do capital, quem decide ou não distribuir dividendos chama-se maioria de capital, sabe que é que tem a maioria do capital? As Águas de Portugal. O senhor fala em dividendos, os dividendos que Famalicão tem, nem um crédito é, sabe porquê? Porque o direito não surgiu ainda na esfera jurídica do Município, é no máximo ainda uma expectativa que não tem valor nenhum do ponto de vista financeiro, senhor Deputado! Veja as contas do Município, se em algum momento nas contas do Município está lá expresso um qualquer crédito deste subsistema, zero senhor Deputado e bem. Porque nós não podemos reportar um crédito que não está obviamente consumado, nem uma expectativa jurídica existe. A decisão de distribuição destes chamados dividendos, porque não são ainda dividendos, sê-lo-ão eventualmente, se houver decisão nesse sentido, não está na dependência da Câmara Municipal. Acresce a tudo isto, senhor Deputado, que com este processo de alargamento da NUTE NORTE, nós não sabemos o que é que esta Sociedade vai fazer com este ativo que tem, se é que tem ativo senhor Deputado, se é que tem ativo. Nós conhecemos os défices tarifários, eu neste momento não lhe posso falar pelas contas das Águas do Norte, não as conheço, mas tenho dúvidas que essas contas evidenciem uma posição financeira tão favorável como se dá a entender, tenho dúvidas, porque conheço muitas situações de outros Municípios que estão numa posição de fragilidade relativamente ao dossiê da água. É por essas razões, senhor Deputado, e não outras, é só por essas razões que nós sentimos que neste processo só somos clientes, como temos sido. Com a abertura do processo à Águas do Norte e com uma participação de 2.55% nós nunca seríamos mais do que um mero cliente. Podíamos ir para as assembleias gerais berrar todos os dias, senhor Deputado, porque nada aconteceria, porque a maioria de capital, usando uma expressão que tem uma conotação à esquerda, é esmagadora e aqui é absolutamente esmagadora, os nossos 2.55% são uma posição meramente simbólica. O Município não precisa desse símbolo, será reivindicativo na qualidade da água e devo dizer senhor Deputado, que a água que estamos a falar é em alta, não é em baixa, não quero corrigir a sua intervenção, mas é

em alta e não em baixa. Portanto, nada tem a ver com a questão que aqui trouxe sobre a dimensão ambiental que reclama.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Eu creio que falei em alta, se falei em baixa foi um erro meu, mas realmente era em alta que eu estava a pensar. Oh! Senhor Presidente, 2.55% não é nada? O terceiro maior acionista de uma empresa pública que tem enfim, que gere centenas de milhões de euros anualmente, não me parece propriamente pouco. Esses 2.55% são o que justificam agora sete milhões e meio de euros de encaixe financeiro desta Câmara e ser o terceiro maior acionista tem uma forte carga em qualquer instituição. O Município até por forte presença no conselho consultivo da Águas do Norte, teria com certeza todo o interesse em permanecer no mesmo para exercer a sua capacidade de influência junto da entidade para questões que colocassem. O senhor Presidente, enfim, deixa-me um pouco aflito, porque vem aqui anunciar publicamente que não tem capacidade de influência no conselho consultivo desta empresa. Espero que seja uma situação restrita a este conselho e não a outros nos quais também tem presença. O senhor Presidente fala da história e da presença da história, eu falo-lhe do futuro senhor Presidente e da importância da gestão do sistema da água e saneamento no futuro para o nosso Município, por isso é que é uma questão estratégica senhor Presidente. E por último, eu remetia-lhe, já que o senhor Presidente teve a gentileza de me remeter para algumas questões estatutárias, eu remetia-lhe para o Artigo 10º do Decreto-lei, que agora me escapa aqui e é relativo a esta empresa, que refere precisamente a questão das remunerações, que de resto também vêm aí referidas na proposta aqui apresentada. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Fruto da reestruturação do setor das águas, eu julgo que já todos percebemos que, as Câmaras Municipais tinham uma de duas opções, ou mantêm a participação social na nova empresa criada por via da fusão das anteriores empresas que estavam no setor, ou aliena a participação social que detinha na mesma e passa a ocupar meramente o lugar de cliente, são estas duas opções. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, entendeu, do nosso ponto de vista bem, fazer essa alienação e manter-se como cliente, portanto, a questão da prestação do serviço está assegurado nessa qualidade. E porquê alienar essa participação social? O senhor Presidente da Câmara, julgo que foi suficientemente claro e detalhado até sobre as razões que conduziram a esta decisão do Executivo. Por um lado a perda de poder reivindicativo, de facto, 2.55% do capital social da nova empresa Águas do Norte, não lhe dá como dava até aqui assento no Conselho de Administração das Águas do Noroeste, e dava-lhe assento nas Águas do Noroeste pela simples circunstância de ser o maior acionista entre as Autarquias. E de facto, não ocupando um lugar no Conselho de Administração, como disse e bem o senhor Presidente da Câmara Municipal, o seu poder reivindicativo é meramente simbólico. Dirá o senhor Deputado, bom, mas há o Conselho Consultivo, há a definição do tarifário. Senhor Deputado, é verdade, mas também como é provavelmente do seu conhecimento, as novas atribuições acometidas à entidade reguladora do setor a ERSAR, reforçaram

exatamente a capacidade de intervenção da entidade reguladora na definição do mesmo tarifário, o que atenua o tal poder reivindicativo dos Municípios.-----

---Senhor Deputado, Vitor Pereira, sabe que a Câmara Municipal de Famalicão não está só neste processo, não está só, há muitas outras Câmaras que perante o cenário das opções que lhe são possíveis optaram por esta via. Quer um exemplo aqui bem pertinho de nós, eu vou-lhe dar, Câmara Municipal de Guimarães, veja lá que é do Partido Socialista, decidiu também que de entre as duas opções proceder à alienação do capital, curiosamente, até o Partido Comunista, através do senhor Vereador, Torcato Ribeiro, acompanhou nesta decisão, até o Partido Comunista, certamente também não deve estar munido do tal sentido estratégico e visão de futuro, tal e qual como o senhor Presidente da Câmara, Domingos Bragança. Dizia o senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Domingos Bragança, “ entre as opções possíveis, eu prefiro a liberdade de sair e deixar de ser acionista, passando a ser apenas um cliente”. Nós também! -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL POR PARTE DO MUNICÍPIO DA EMPRESA “ÁGUAS DO NOROESTE, S.A, E NOS TERMOS E PARA EFEITOS PREVISTOS NAS ALÍNEAS B) E K), DO Nº2 DO ART.º25 DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO O Nº1 DO ART.º61.º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, CONJUGADA COM O DECRETO-LEI N.º133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR, CATORZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.-----

---**TERCEIRO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adjudicação ao BANCO BPI S. A. de um empréstimo de curto prazo, para vigorar durante o ano de 2016, até ao montante de 1.000.000,00€, na modalidade de conta-corrente, com pagamento de juros mensais e postecipados, e com taxa de juro variável indexada à Euribor a 1 mês (base 360 dias) acrescida de um spread de 0,70 %, nos termos da referida proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO AO BANCO BPI S. A. DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, PARA VIGORAR DURANTE O ANO DE 2016, ATÉ AO MONTANTE DE 1.000.000,00€, NA MODALIDADE DE CONTA-CORRENTE, COM PAGAMENTO DE JUROS MENSAIS E POSTECIPADOS, E COM TAXA DE JURO VARIÁVEL INDEXADA À EURIBOR A 1 MÊS (BASE 360 DIAS) ACRESCIDA DE UM SPREAD DE 0,70 %, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Senhor Presidente, como pode compreender não é uma mera birra a minha abstenção, mas quero deixar este apontamento. Um Executivo que prima tanto pelo anúncio, pela divulgação da boa saúde financeira, da boa gestão, de um bom planeamento, esta questão das

dificuldades pontuais de tesouraria parecem-me um pouco descabidas. -----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informou o plenário que se fará um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Engenheiro, José Pinto de Oliveira, e de seguida a intervenção do público, está inscrita a senhora Filomena Antunes. -----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---Para este período houve uma inscrição por parte do público, a Dona Filomena Antunes da Freguesia de Fradelos, que é do seguinte teor: -----

---**FILOMENA ANTUNES (FREGUESIA DE FRADELOS)** – Gostaria de saber se há alguém nesta sala que me possa responder, por onde é que entram os fundos comunitários no nosso Concelho e por onde é que são distribuídos. Porque em Fradelos não vejo nada, temos lá a REN, gostaria de saber quais são as benfeitorias que Fradelos vai ter. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Dona Filomena, os fundos comunitários são regulados num programa chamado Portugal 2020, há vários enquadramentos para os fundos comunitários. Há fundos que são dirigidos a nível nacional, há outros que são dirigidos a nível regional. Falando dos que são dirigidos a nível regional, estou-me a referir à Comissão Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, esses fundos estão divididos em algumas parcelas, algumas parcelas destinam-se diretamente às empresas e essas parcelas já estão a ser executadas. Devo lembrar-lhe que já há dezenas de empresas em Famalicão que têm beneficiado desses fundos estruturantes comunitários e portanto, já há projetos empresariais em Famalicão que estão a aproveitar a oportunidade de receber esses fundos para colocar ao serviço da ampliação dos seus projetos e da criação de novas linhas, de novos produtos, já há execução de fundos ao nível das empresas. -----

---Ao nível das instituições, nomeadamente, instituições sociais, a área social do Portugal 2020 está ainda atrasada mas tudo indica que comece a partir de janeiro, pelo menos havia a indicação de que a partir de janeiro comesse. O mesmo se aplica na área da saúde, e na área da cultura, são três áreas que começarão tudo indica a partir de janeiro. -----

---Há uma outra fatia de fundos, que é aquela que vai ser gerida pelos Municípios, esta fatia é gerida através da CIM do AVE, que é uma Associação de Municípios de base territorial fins gerais que agrupa oito Municípios da Região do Ave de que faz parte Vila Nova de Famalicão. Há um programa que é o chamado PDCT (programa de desenvolvimento e coesão territorial) que estabelece um conjunto de verbas que vão ser afetas aos Municípios, essas verbas vão começar ainda a ser distribuídas. Destinam-se a áreas como o empreendedorismo, como a educação, são dois exemplos de áreas que vão receber fundos comunitários para que haja investimentos municipais que sejam apoiados por esses fundos comunitários. Devo dizer-lhe, que tudo indica, nos próximos meses sejam

abertos os respectivos avisos para que a Câmara Municipal possa candidatar-se. Neste momento, não há nada de mais concreto que possa dizer sobre fundos comunitários. Obrigado pela sua pergunta Dona Filomena. -----

E nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

-O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-O SECRETÁRIO

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:

--- Registo de Presenças.

---Proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

---Voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

---Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

---Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

---Proposta apresentada pelo Deputado, Raúl Tavares Bastos do Partido Socialista.

---Documentos referentes aos pontos 1,2,3.

---Minutas de ata dos pontos 2,3.